



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal anunciou os seguintes pedidos: de substituição, *por um período de vinte dias*, Isabel Maria Oliveira Rodrigues, Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, Carminda Maria Teixeira da Silva Marques, José Pedro Oliveira Caldeira, Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves, Maria José Pereira Gonçalves Marques, João Pedro Marques e Castro e Alexandra Pereira Gonçalves, eleitos pelo Partido Socialista (PS); *pelo período de vinte e cinco a trinta de Junho*, Artur Filipe Brandão Campos Antunes Aguiar, Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite e Maria Manuela Castro Costa Oliveira, eleitos na lista do Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF); *para o dia vinte e oito de Junho*, Aníbal Oliveira Marinho Cruz, também eleito na lista do Grupo de Cidadãos Eleitores IPF; *por um período de quinze dias*, José Manuel Ribeiro Cardoso, do CDS/PP, e *por um período de oito dias*, Cíntia Raquel Antunes Costa, também do CDS/PP. Solicitou a suspensão do mandato, *por um período de sessenta dias*, Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores, IPF. -----

Solicitaram a substituição pelo Secretário, os Presidentes da Junta de Freguesia de Antime, Regadas, Silvares S. Martinho e Vinhós, e *pelo respetivo Tesoureiro*, os Presidentes de Junta das Freguesias de Fornelos, Medelo e Travassós. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e cinco Membros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

-----Posteriormente pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

----- Seguidamente, o **Presidente da Mesa** fez o ponto de situação do trabalho desenvolvido pela Comissão criada pela Assembleia Municipal para acompanhamento da situação do Hospital de Fafe e Centro Hospitalar do Alto Ave. Informou que tinha enviado para a Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares, o documento aprovado pela Assembleia Municipal. Informou, ainda, que tinha enviado um ofício ao Senhor Ministro da Saúde solicitando que os recebesse em audiência e que o Senhor Ministro da Saúde acusou a receção do pedido da Assembleia Municipal e comunicou que tinha remetido o dossier para o Secretário de Estado da Saúde. Mais informou que passado um mês, insistiu, através de ofício, junto do Secretário de Estado da Saúde sobre o seguimento do ofício enviado pelo Senhor Ministro da Saúde e que aguardava o agendamento da audiência solicitada. -----

----- Quanto à Comissão criada para apreciação dos Regulamentos, informou que a Comissão tinha concluído os trabalhos de análise de todos os regulamentos, porém não os incluiu na agenda porque não tinham sido remetidos com tempo para serem enviados a todos os Membros da Assembleia. Saudou todos os Membros que constituíram a Comissão por terem chegado a consenso sobre as soluções dos diversos regulamentos.-----

-----De seguida, comunicou à Assembleia a existência de um Voto de Louvor apresentado pela Junta de Freguesia de Arões S. Romão, pelo notável desempenho do Arões Sport Clube na época desportiva dois mil e doze/dois mil e treze. Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Entrou-se de imediato no **Período de Intervenções**, iniciando o período **Américo Castro**, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU), que começou por saudar todos aqueles que tinham feito greve no dia anterior ao dia da presente sessão. -----

Salientou o cumprimento de uma formalidade da Lei: o envio do Relatório do Direito da Oposição. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

De seguida alertou para a adjudicação de empreitadas a empresas sem viabilidade financeira; afirmou que antes da adjudicação deveriam verificar a viabilidade da empresa.

Sobre o regulamento de táxis e a tomada de táxis efetuada pela ordem de chegada, mencionou que na Praça Vinte e Cinco de Abril, isso não estava a acontecer. Mencionou que o problema era antigo e que a Câmara deveria fazer cumprir o regulamento. Questionou, também sobre a existência de dois telefones naquela praça que ocupavam o espaço público, questionando se estavam a ser pagas as devidas taxas pela referida ocupação. -----

Sobre o bebedouro colocado no início da Avenida da Granja aquando da requalificação daquele local, afirmou que o mesmo não tinha água e nunca tinha tido, questionando o motivo da sua colocação. -----

Teceu comentários sobre o infomail distribuído pelos Municípios de Fafe relativo ao Hospital de Fafe, nomeadamente sobre o teor do mesmo que era contraditório com as informações que eram dadas na Assembleia Municipal. Comentou, ainda, a alusão à construção do novo hospital de Fafe que estava a ser utilizada como propaganda eleitoral, paga com dinheiro dos contribuintes.---

Voltou a alertar para a degradação dos passeios da Escola de S. Jorge e para a realização de obras na escola, uma vez que chovia no interior.-----

Terminou afirmando que ainda estava à espera da resposta sobre o pagamento das senhas de presença aos Membros que integraram as Comissões.-----

-----Seguidamente, interveio **Miguel Summavielle**, eleito na lista de Cidadãos Eleitores IPF, que iniciou a sua intervenção tecendo comentários sobre o infomail que tinha recebido relativo ao hospital de Fafe. Lembrou os constantes alertas efetuados pelo grupo de cidadãos eleitores IPF sobre as preocupações inerentes ao assunto em causa e as respostas dadas pelo Presidente da Câmara. -----

Reportando-se ao trabalho realizado pela Comissão de Análise dos Regulamentos e concretamente ao Regulamento da Habitação e à forma como o mesmo tinha sido votado pela Assembleia Municipal, teceu comentários pelo facto do Presidente da Câmara ter aberto o concurso para o arrendamento de frações na Cumieira sem informar a Assembleia aquando da votação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

regulamento. Apelou ao Presidente da Câmara que anulasse o concurso, porque regulamento no qual se baseava a apreciação, valorização e classificação dos candidatos estava incorreto, por erro dos Serviços, explicando. -----

Voltou a alertar para as descargas de efluentes domésticos na ponte do Soeiro, em Medelo, que se mantinham, questionando o Presidente da Câmara se tinha alguma informação sobre o assunto e se havia resolução. -----

-----Posteriormente usou da palavra **José Augusto Rodrigues**, do PSD, para agradecer, em nome do candidato Eugénio Marinho, a disponibilidade e amabilidade dos Presidentes da Junta que o receberam nas respetivas Freguesias. Reportando-se às deslocações efetuadas, teceu comentários sobre a baixa cobertura da rede de saneamento básico do concelho. Comentou ainda vários problemas básicos relacionados com a rede viária, como o alargamento e o piso das estradas. -----

Referiu a existência de freguesias que tinham uma baixa cobertura de rede de água pública. Quanto à cobertura social afirmou que não existia e que o que os Presidentes de Junta referenciavam a falta de centros de convívio que não tinham a exigência dos serviços técnicos como os centros de dia.-----

Sobre o panfleto distribuído aos comerciantes relativo à requalificação do recinto da feira, e reportando-se às verbas para essa obra, mencionou que as obras deveriam incidir sobre o mercado uma vez que estava mais degradado do que o recinto da feira. -----

Afirmou que o Parque da Cidade, da responsabilidade da gestão socialista, da atual e anterior, era considerado o elefante branco do concelho, questionando, ainda, a utilização do Multiusos. -----

Terminou afirmando que a celebração de protocolos com as juntas de freguesia estavam a ser utilizados como arma política, como forma de coação junto das Juntas de Freguesia para que a parte do partido socialista tivesse o apoio dessas juntas de freguesia, denunciando um comportamento que os chocava em termos de lisura política e de democracia, afirmando que o presidente da câmara não podia ter aquela conduta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

-----Seguidamente, usou da palavra **Pedro Teixeira**, do PSD, para tecer comentários sobre a intervenção do Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal sobre a criação de emprego e empreendedorismo. Mencionou que a Autarquia foi e era muito má na promoção e incentivo para que as empresas se fixassem no concelho, exemplificando. -----

Teceu comentários sobre cultura, artes e turismo, afirmando que as Jornadas de Fafe tinham sido ideia e projeto da Escola Secundária de Fafe; quanto à Confraria da Vitela afirmou que tinha sido defendida inúmeras vezes pelo Dr. Cardoso no jornal “Povo de Fafe”; Sobre o projeto “Fafe Cidade das Artes” afirmou que era ideia debatida no blog Montelongo, não com o mesmo nome. Nesses termos perguntou para quando ideias próprias. -----

Afirmou, ainda, que a Autarquia não construía planos de intervenção ajustados à realidade do concelho, dando como exemplo campos de futsal construídos em localidades onde não havia gente. Sobre a obra de recuperação do Souto da Roda à Estrada Nacional duzentos e sete voltou a afirmar que respeitava o projeto, mas não concordava com ele, voltando a explicar. Questionou o Presidente da Câmara sobre a data prevista para a reconstrução do moinho centenário existente no local, ou se não iria ser construído. Questionou, ainda, sobre o motivo porque estava a ser efetuado novo muro de suporte para uma propriedade particular, salientando a desigualdade existente no tratamento com os cidadãos. Ainda sobre desigualdade salientou casos de famílias em Regadas que tinham solicitado a ligação à rede pública de saneamento básico e lhes tinha sido recusada e foi efetuada para outras pessoas, afirmando que os critérios deveriam ser os mesmos para todos. -----

-----De seguida, interveio **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, manifestando a sua surpresa sobre o infomail relativo ao Hospital de Fafe, atendendo a que o seu teor já tinha sido discutido na Assembleia Municipal. Questionou sobre o que tinha acontecido para que tenha saído o infomail. ----

Sobre o concurso da Habitação Social, mencionou que não tinham sido informados da necessidade de aprovar o Regulamento da Habitação para a abertura de um concurso, afirmando que dessa forma não havia a necessidade da Comissão trabalhar na apreciação do Regulamento, salientando que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

deveriam ter sido avisados. Enunciando algumas questões sobre o regulamento, afirmou que essa situação deveria ficar resolvida. -----

-----De seguida, interveio o **Benjamim Barbosa**, do CDS-PP, que, reportando-se à execução de algumas obras na cidade de Fafe, mencionar que faltava parte dos Rua dos Combatentes e apelar que não se esquecesse a Rua António Sérgio e Rua da Ponte do Ranha. Sugeriu, ainda, que se deveria fazer o arrelvamento das rotundas de acesso à auto-estrada, enquanto não colocavam os monumentos. -----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Relativamente aos concursos e ao acautelamento da situação financeira das empresas, informou que os Serviços faziam tudo o que a Lei possibilitava fazer para acautelar essas situações; -----

- Quanto aos táxis, afirmou que era uma situação de polícia, informando que o que constava do regulamento devia ser cumprido, nomeadamente a questão da hora de chegada, questão levantada noutros momentos. -----

Quanto aos telefones informou que era uma situação antiga, com o consentimento da Câmara e não era paga a ocupação de espaço público, mas iria analisar a questão; -----

- Sobre os bebedouros mencionou que não conhecia nem sabia da situação relatada. Afirmou que a adoção de bebedouros públicos era uma filosofia de águas de rua, adotada para que as pessoas pudessem beber e refrescar-se, informando que a água era boa para beber. Afirmou que tinham que ter água e ia providenciar para que isso acontecesse. -----

- Quanto ao infomail, mencionou que não via nenhuma contradição daquilo que estava para trás. Voltou a explicar a situação do Hospital. -----

Afirmou que acreditava nos contratos e nas pessoas, quando elas lhes mereciam essa confiança, ao contrário daqueles que, mesmo havendo contratos e mesmo que as pessoas lhes merecessem confiança desconfiavam, só para terem razão antecipadamente, afirmando que não era essa a sua atitude. Salientou que apesar da sua atual desconfiança, fundamentada também no facto do país não ter recurso para o cumprimento do calendário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

para a construção do novo hospital, não dava como perdida a questão da construção do novo hospital porque achava que era absolutamente necessária.

- Quanto aos passeios da escola de S. Jorge, afirmou tinham efetuado a reparação dos passeios e que tinha ficado com a sensação de que era isso que pretendia, percebendo agora que o que estava em causa era a construção de novos passeios. Sobre a infiltração de chuvas no edifício informou que não tinha conhecimento de qualquer comunicação da escola sobre o assunto, mas que ia mandar verificar. -----

- Informou que a ligação da ponte do Soeiro estava pronta a ligar e iria ser ligada na semana que se seguia. -----

- Quanto aos regulamentos, afirmou que estava convencido que tinha explicado o motivo da necessidade de aprovação do Regulamento para a abertura do concurso, voltando a explicar. Mencionou, ainda, que se a Assembleia pretendesse anular o concurso o fariam. -----

- Sobre as intervenções dos Membros do PSD afirmou que não correspondiam à realidade. Mencionou que a taxa de cobertura de saneamento era baixa, algo que admitiu por várias vezes, afirmando, no entanto, que o panorama não era aquele que tinha sido retratado, assim como o das vias, dos pisos e como em muitas outras coisas. -----

Sobre os jantares partidários no multiusos, afirmou que quem tinha inaugurado o multiusos com jantares tinha sido o PSD. Afirmou que o multiusos recebia muita atividade e tinha muita utilização durante todo o ano. -----

- Sobre os protocolos das Juntas, voltou a explicar que a sua celebração dependia da existência de fundos disponíveis, apesar da boa situação da Autarquia. Confirmou a sua vontade em os celebrar, porém não dependia de si.

- Esclareceu a analogia efetuada a Vila Nova de Gaia e comentou o facto de não haver receita para combater o desemprego. -----

- Quanto à Zona Industrial de Regadas, afirmou que não bastava trocar, uma vez que isso já tinha sido feito no papel há muito tempo, explicando que a dificuldade estava na revisão do PDM. Informou que o que ia acontecer era encostar Zona Industrial de Regadas à Zona Industrial de Felgueiras.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

- Sobre a Cidade das Artes, afirmou que, como já tinha explicado, resultava de um projeto falhado noutra município e que tinham reconvertido e aproveitado os recursos, mencionando que não resultava de nada do que o Membro do PSD tinha mencionado. -----

- Quanto à questão da construção do muro na obra de Regadas, que estava concluída, esclareceu que estava relacionada com uma situação existente entre o empreiteiro e o particular e não com a obra em concreto. Explicou que, no decorrer da obra, o empreiteiro tinha danificado o muro e que, depois da insistência do proprietário e da intervenção da Autarquia, conseguiram que o empreiteiro reparasse. Informou que não era a Câmara que estava a pagar e não fazia parte da obra. Era um encargo do empreiteiro. Sobre a questão das ligações do saneamento, afirmou que tinha tomado nota e ia verificar, afirmando, no entanto, que deveria haver uma explicação. -----

- Quanto às obras nas ruas da cidade, informou que estavam a fazer a empreitada da Rua dos Combatentes, iam fazer a Rua Visconde Moreira do Rei, que era o início de uma empreitada que, no futuro, ia fazer a acomodação daquela zona. -----

- Sobre as rotundas, esclareceu que tinham colocado uma placa informativa de que a manutenção da rotunda era da responsabilidade da concessionária para que não houvesse dúvidas. Informou, ainda, que já tinham tentado que transferissem para a Autarquia a manutenção das rotundas porém ainda não tinham conseguido. -----

-----De seguida, usou da palavra **Américo Castro** para questionar se a Polícia Municipal não podia fiscalizar o cumprimento do regulamento dos táxis.

-----Posteriormente, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, para afirmar que não tinham alternativa senão anular o concurso da habitação social, voltando a explicar os motivos. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, para, relativamente ao saneamento básico perguntar se na parceria pública-pública, aquilo que estava como objetivo para o ano de dois mil e vinte e quatro era uma cobertura na ordem dos sessenta por cento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

-----Voltou a intervir o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Sobre o Regulamento da Habitação afirmou que não ia acrescentar mais nada, mencionado que não tinha qualquer informação sobre a impossibilidade na análise do concurso. Afirmou que se tivessem que anular o concurso, o fariam; -----

- Quanto ao saneamento, informou que na semana seguinte iam assinar o contrato da Parceria com a Senhora Ministra do Ambiente. Voltou a focar os objetivos da pareceria, constantes do documento analisado e votado na sessão anterior. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** que deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando imediatamente para o **Período da Ordem do Dia - ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.*** -----

-----Foi dada a palavra a **Fernando Alves**, eleito na lista de cidadãos eleitores IPF, para fazer um reparo relativamente à dívida a fornecedores a curto prazo, solicitando esclarecimentos sobre o aumento exponencial dos valores desde trinta e um do doze de dois mil e doze a trinta e um do três de dois mil e treze, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não deveria estar a fazer uma leitura correta.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao ponto **dois ponto dois - *Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa ao Processo OP-CRT – 132/2013 – Fábrica Paroquial de São Martinho de Medelo – Considerar de Interesse Público Municipal o empreendimento ou construção do Lar de Terceira Idade e do Centro de Cuidados Continuados Integrados;*** Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, para questionar se estavam a contribuir para um pedido de reconhecimento de interesse público, uma vez que parte do edifício estava a ser construída em solos de Reserva Ecológica Nacional. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

-----Não havendo mais intervenções, foi **colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto três – *Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à cedência do edifício do Jardim de Infância de Pequite/Golães ao Centro Infantil de Golães.*** Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal que, sintetizando a proposta, e referindo-se em concreto à forma como a cedência iria ser efetuada, mencionou que não deveriam tomar uma decisão sobre o assunto no período em que se encontravam - final do mandato - sob pena de tomarem uma decisão que podia, em qualquer circunstância, voltar atrás. Afirmou que, sem prejuízo da legitimidade da proposta e daquilo que ela continha, a Assembleia deveria ser chamada a deliberar quando houvesse condição para que a deliberação fosse executada. -----

Informou, também, que a par da proposta da Câmara tinham dado entrada mais duas propostas que passaria a ler: a **primeira proposta**, subscrita pelos Membros do PS, na qual manifestavam a sua concordância com a cedência, sugerindo as seguintes condições: *“Que o edifício se destinasse única e exclusivamente à atividade do Centro Infantil de Golães, não podendo este dispor do mesmo; Que o edifício voltasse à posse e propriedade da Câmara, em caso de extinção do Centro Infantil de Golães ou, ainda, pela sua interrupção estatutário durante mais de dois anos consecutivos.”* -----

A **segunda proposta**, subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Golães, de recomendação à Câmara para que fosse reservada para a Junta de Freguesia a administração e utilização do polivalente desportivo, tendo em conta a sua utilização por todos os cidadãos da Freguesia. -----

Terminada a leitura das propostas, colocou-as em discussão conjuntamente com a proposta da Câmara. -----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os respetivos esclarecimentos. Nesses termos, o Presidente da Câmara começou por lembrar a Assembleia que a proposta em análise era idêntica à decisão sobre a Escola Sede número um de Fafe nas mesmas circunstâncias. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

Ressalvou que relativamente a assuntos que não fossem consensuais ou fossem controversos, não tinha qualquer problema em os retirar. Lembrou, ainda, que o assunto em análise tinha tido a unanimidade no Executivo. -----

Afirmou que a cedência ocorria apenas com a desativação da escola, salientando que essa desativação era da competência do Ministério da Educação e não da Câmara. -----

Prestou, ainda, alguns esclarecimentos sobre a proposta de possível extinção apresentada pela Direção Regional de Educação do Norte (DREN) à Câmara, da escola de Golães e mais duas escolas do concelho, informando que a Câmara tinha enviado resposta negativa ao encerramento da escola, e que ainda não tinham qualquer informação sobre o assunto. -----

Explicou que a deliberação sobre o presente assunto poderia ajudar o Centro Infantil de Golães, que tinha ameaça de encerramento pela Segurança Social por deficientes instalações, explicando. Afirmou que procuravam dar solução ao problema e que não punham em causa a causa pública ou o encerramento da escola pública, uma vez que isso era da exclusiva competência da DREN. Terminou salientando a pertinência das duas propostas lidas pelo Presidente da Assembleia Municipal que acautelavam todos os interesses que eram também interesses da Freguesia de Golães. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle**, para afirmar que a cedência da Escola de Fafe era diferente da situação de Golães. Depois de fazer uma análise dos factos sobre o assunto em debate, afirmou que deveriam ser prudentes e refletirem sobre o negócio, olhando apenas para o que realmente interessava – o benefício da população. -----

Afirmou que o negócio era proposto e estava sustentado na perspetiva do encerramento de um jardim de infância público, que tinha alunos, e, segundo a DREN, não iria fechar; salientou que previa, ainda, a cedência de bens públicos a uma entidade privada, sobre a qual, depois de feito o negócio, não teriam qualquer capacidade de intervenção ou fiscalização. Alertou também para o facto de estar a ser efetuado contra a vontade da população de Golães, como demonstrava a mobilidade gerada em torno de um pedido de marcação de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

Assembleia de Freguesia extraordinária. Afirmou que resultava claro que o benefício da população não estava a ser salvaguardado. -----

Indagou sobre como podia o Presidente da Câmara clamar pela manutenção de um Serviço Público de Saúde, no que dizia respeito ao hospital, e contribuir ativamente para um possível encerramento do Jardim de Infância de Pequite, onde se prestava Serviço Público de Educação, questionando sobre onde estava a coerência e o social do autarca socialista. -----

Afirmou que não concordavam com a cedência e iam votar contra. Apelou a todas os Deputados Municipais e fundamentalmente aos Presidentes de Junta, para, em conjunto, rejeitarem a proposta sob pena de, num futuro próximo, não terem moral de reclamar a manutenção de outros serviços públicos no concelho, afirmando que este era um precedente grave. -----

Apelou, ainda, ao Presidente da Junta de Freguesia de Golães para que interviesse, refutando, ou não, os factos que tinha apresentado e perante a população de Golães, presente na sessão da Assembleia Municipal, justificasse a opção tomada ao promover a realização do negócio. Solicitou, ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia de Golães esclarecesse a Assembleia Municipal dos seguintes aspetos: - de quem tinha recebido informação acerca do encerramento do Jardim de Infância de Pequite que referenciava no ofício dirigido ao Município e que sustentava o pedido de cedência; em que termos tinha sido efetuada a permuta de terrenos entre a Junta de Freguesia e o Centro Infantil de Golães, concretamente, quem tinha sido o responsável pela avaliação do património permutado; se era ou não verdade que a votação efetuada relativa ao negócio da permuta entre a Junta de Freguesia de Golães e o Centro Infantil de Golães era inválida, uma vez que nela estiveram elementos que faziam parte dos órgãos sociais do Centro Infantil de Golães, logo faziam parte interessada no negócio e de acordo com a legislação estavam impedidos de votar; se era ou não verdade, conforme notícia no semanário fafense, que possuía uma candidatura aprovada para a construção de um museu de palha num edifício que tinha permutado com o Centro Infantil de Golães. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

Relembrando a polémica que sempre envolveu a cedência de edifícios escolares à Junta de Freguesia de Fafe, terminou desafiando a Assembleia no sentido de pensarem na possibilidade de prepararem um regulamento para enquadramento dos pedidos de cedência de imóveis à Autarquia. -----

-----Posteriormente usou da palavra **José Manuel Batista**, que interveio não só na qualidade de Membro da Assembleia Municipal, mas também como parte integrante da comunidade de Golães. Afirmou que estavam perante um negócio inédito em termos de freguesias, salientando que o caso da escola número um de Fafe não era comparável com a presente situação. Salientou as consequências patrimoniais para a Freguesia de Golães, com a perda de cerca de quatro mil metros quadrados de terreno com três equipamentos edificados, que eram uma mais valia em termos de património público que a freguesia continha. A segunda consequência, que salientou de mais gravosa, era a consequência social ao nível da educação dos jovens e meninos de Golães, salientou que Golães era a terceira freguesia em termos populacionais, que era uma freguesia com muitos residentes e dificilmente o jardim de infância deixaria de ter crianças e o pressuposto dificilmente se iria atingir para o seu encerramento. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara e refutando aquilo que tinha dito sobre o cumprimento dos compromissos por parte do Governo no que concernia à edificação do novo Hospital, afirmou que quem estava a faltar aos compromissos era o Presidente da Câmara, desde logo, no que dizia respeito aos Protocolos e ainda quando renegava aquilo que era a sua matriz ideológica, com a defesa dos serviços públicos, que era o que trazia com a presente proposta. -----

Apelou ao Presidente da Junta de Freguesia solidariedade com a população de Golães e a todos os Membros da Assembleia, apelando ao espírito de ética, de defesa da coisa pública e de defesa das populações rurais. Apelou, ainda, aos Membros da Assembleia da Freguesia de Golães que defendessem os serviços públicos em coerência com a sua consciência. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para afirmar que deveriam focar a discussão, afirmando que a proposta não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

atacava o serviço público, mencionando que ressaltava que a cedência, a ocorrer, aconteceria com a desativação do Serviço Público, cuja entidade com poder para isso era o Ministério da Educação. Afirmou, ainda, que as propostas apresentadas pelo PS e pelo Presidente da Junta de Golães salvaguardavam os interesses da população. Afirmou, no entanto que, atendendo aos argumentos apresentados pelo Presidente da Assembleia Municipal, o Grupo Parlamentar do PS não se opunha que a proposta fosse discutida e votada numa futura sessão da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Golães** para explicar o valor pago por cada criança que frequentava o jardim de infância e respetivas condições. Explicou a diferença entre o Jardim de Infância e o Centro Infantil, salientando a importância da permuta. Afirmou que a permuta efetuada beneficiava a Freguesia de Golães, não só em extensão como também na localização dos terrenos permutados. -----

-----Posteriormente usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** para tecer alguns comentários sobre a questão das cedências das escolas na cidade. Afirmou ainda que era defensor da coisa pública e que deviam defender a escola pública. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para afirmar que a opinião dada no início da discussão não tinha formulado nenhum juízo de valor sobre a solução apresentada, concretamente se era boa ou má. Mencionou que a Assembleia tinha que ponderar e tomar uma decisão na hora em que valesse a pena. Afirmou que depois de ouvir algumas intervenções, verificou que todos os Grupos Parlamentares concordavam com a sua sugestão no sentido da Assembleia não tomar deliberação sobre a matéria em discussão e remeter para a Câmara e quando fosse tempo, a Assembleia Municipal pronunciar-se-ia. -----

Nesses termos, colocou a votação a proposta no sentido de que a **Assembleia deliberasse não votar e remeter para à Câmara o presente ponto, sendo aprovada, por maioria, com um voto contra, três abstenções e sessenta e um votos a favor.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

-----Passou-se de seguida para o **ponto dois ponto quatro – *Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal/2013***. Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto. Mencionou, ainda, que a aprovação desta alteração estava implícito o cumprimento legal da redução de dois por cento do número de trabalhadores da Câmara previsto no Orçamento do Estado. -----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com sete abstenções e cinquenta e oito votos a favor**. -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto cinco - *Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa à alteração ao Regulamento do Programa Municipal para a Melhoria de Habitação de Agregados Familiares Carenciados***. Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar o presente ponto. -----

-----Tomou a palavra **Fernando Alves** para no ponto sobre a apresentação do documento que servia para comprovar o grau de incapacidade, propor que fosse efetuada a alteração da redação para “*apresentação do atestado médico de incapacidade multiuso emitido nos termos da legislação aplicada*”. -----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, com a seguinte recomendação: “*a verificação da incapacidade resulte da apresentação de um certificado médico de incapacidade multiusos, nos termos da lei*”. Colocada a votação **foi aprovada, por unanimidade**. -----

-----Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão de abril de dois mil e treze. -----

Não havendo alterações a propor, foi a ata colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade**. -----

-----Posteriormente, foi dada a palavra ao público. Tomou a palavra **Maria Clara Gonçalves** para intervir sobre o ponto dois ponto três. Nesses termos, esclareceu que no pré-escolar do público a educação era gratuita, explicando as condições e o funcionamento do pré-escolar. Posteriormente procedeu à leitura de um documento, em representação de todas as educadoras do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

concelho, no qual demonstravam a sua posição contra a cedência e de defesa pelo Serviço Público de Educação. -----

-----De seguida, foi dada a palavra **Manuel Martins** para manifestar a sua posição a favor da cedência do edifício do Jardim de Infância de Pequite/Golães ao Centro Infantil de Golães e contra a tomada de posição da Assembleia Municipal sobre o assunto. -----

-----Por fim, foi dada a palavra a **Leonor Castro** para se pronunciar sobre o assunto da cedência do edifício do Jardim de Infância de Pequite/Golães ao Centro Infantil de Golães, fazendo uma apreciação geral. Reportando-se às palavras do Presidente da Câmara sobre a comparação efetuada à situação em debate com a situação da cedência da Escola Sede de Fafe, afirmou que tinha faltado dizer que essas condições não se tinham verificado porque não se tinha cumprido o que estava previsto na Carta Educativa – a construção da nova escola secundária e toda a reestruturação das escolas do primeiro ciclo.--
Afirmou, ainda, que o Ministério era a entidade incompetente para encerrar escolas, isto porque o fazia “*de régua e esquadro*” sem ouvir quem estava no terreno. Terminou, salientando que a votação na Câmara tinha sido unânime e que deveriam sempre agir sem demagogias, sem aproveitamentos políticos, com verdade e em defesa dos interesses da escola pública. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão.
Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e trinta minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---